



MAIS DIGNIDADE PARA AS NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS



APRESENTAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

NOVAS DINÂMICAS E DESAFIOS P. 2
ENCONTRO "30 ANOS DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA" P. 5

EDITORIAL

Despedimo-nos de 2019 com a sensação de que este não foi um ano bom para as crianças do mundo. A UNICEF confirmou isso mesmo e lembrou a situação dramática das crianças nas múltiplas regiões onde há conflitos armados, onde ainda há escravatura e tráfico de seres humanos, dos imensos perigos que correm as crianças migrantes, da vulnerabilidade acrescida nos campos de refugiados. Vivemos na Europa, onde predomi-

nam Estados com democracia, onde há décadas temos paz e por isso os problemas com que nos debatemos não têm aquela dimensão de flagelo total, mas confrontamo-nos com um número considerável de crianças que vivem em situação de pobreza e exclusão, e temos fenómenos de violência que nos inquietam. O Instituto de Apoio à Criança existe principalmente para estas crianças, as excluídas, as maltratadas, as vítimas de abuso sexual, as mal-ama-

das, cuja vulnerabilidade é superior e precisam de mais atenção e acompanhamento, designadamente com vista à sua recuperação psicológica. Ao longo de 36 anos, têm sido elas a nossa grande prioridade. O reconhecimento da importância dos nossos projetos pioneiros tem sido motivador e tem conduzido a que nos reinventemos na nossa atividade. Este ano conseguimos levar a cabo uma reestruturação

NOVAS DINÂMICAS E DESAFIOS

O Instituto de Apoio à Criança, criado em março de 1983, teve a sua primeira sede na Avenida de Berna, em Lisboa, instalações cedidas pela Fundação Calouste Gulbenkian, a quem sempre esteve grato. Em 1992 instalou-se no Largo da Memória, num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa.

Passo a passo, o IAC foi crescendo e precisando de novas instalações onde pudesse desenvolver os projetos dos diversos serviços, dado ser impossível a sede comportar todos os técnicos e material necessário às diversas e variadas intervenções. Esta situação trazia inconvenientes vários e urgia uma “maior concentração de

serviços”, criando sinergias que potenciassem o desempenho da instituição. Mais uma vez a Câmara Municipal de Lisboa, reconheceu o trabalho desempenhado pelo IAC na cidade e, num espírito de entreatajuda e de responsabilidade partilhada, deu ao IAC a possibilidade de ter a sua nova sede no belo edifício centenário onde funcionava a Livraria Municipal, na Avenida da República, em Lisboa.

Concretizava-se assim o sonho de ter instalações com dignidade para melhor servir a CRIANÇA!

Com esta mudança impôs-se a realização do projeto de centralização e congregação de serviços, baseado na construção de um novo modelo organizativo funcional, que espelhe o funcionamento do IAC, de forma a atualizar métodos e responder afirmativamente às exigências, internas e externas, assegurando que os recursos materiais e humanos sejam utilizados de forma mais eficaz.

O IAC contou com o apoio da Fundação Manuel Violante (FMV), criada em 2004 pela vontade dos sócios do escritório de Lisboa da McKinsey & Company, pessoa coletiva de di-

reito privado sem fins lucrativos que desenvolve a sua atividade na economia social. Inspira-se em procurar soluções de capacitação inovadoras, transformando as organizações sociais que apoiam em entidades com real impacto na vida das pessoas. Para este efeito, a Fundação desenvolve a sua atividade em três áreas: Academia de Gestão Social, consultadoria e projetos para a comunidade.

A FMV considerou a realização do projeto, “Centralizar o IAC” de enorme responsabilidade, pela relevância que tem na comunidade que apoia, direta e indiretamente. Entenderam também que, da realização deste projeto, poderiam surgir ganhos efetivos para os seus gestores e colaboradores diretamente envolvidos, para o IAC como um todo e para outras partes interessadas (seus beneficiários, voluntários e parceiros).

A sua experiência no setor social resulta do apoio, envolvimento e acompanhamento de mais de 260 instituições portuguesas. Assim, propuseram a utilização de uma metodologia que respondesse às expeta-



BOLETIM DO IAC Nº 132 SETEMBRO/DEZEMBRO 2019

Título: Boletim do Instituto de Apoio à Criança

Proprietário: Instituto de Apoio à Criança

NIPC: 501 377 662

Sede: Av. da República, 21
1050-185 Lisboa

Tel. 213617880 - Fax 21 3617889

Diretor: Clara Castilho

Editor: Instituto de Apoio à Criança

Sede de Redação e do Editor

Av. da República, 21
1050-185 Lisboa

Tel. 213617880 - Fax 213617889

iac-sede@iacrianca.pt

Conceção gráfica e produção
Imaginário

Fotolitos e impressão

Empresa Diário do Porto, Lda.

Rua Igreja de Campanhã, 101 I

4300-262 Porto

depósito legal

Nº 74186/94

ISSN 1645-068X

Nº de registo ERC: 118635

Tiragem: 1500 (papel)

Disponível em suporte digital para download
em www.iacrianca.pt

O Estatuto Editorial do Boletim do IAC está
disponível em www.iacrianca.pt



REUNIÃO DE TRABALHO: MATILDE SILGADO, DA DIREÇÃO, ANABELA REIS, DA ÁREA DE MARKETING, COMUNICAÇÃO E PROJETOS, FILIPA SAMPAIO NUNES (TÉCNICA DA FUNDAÇÃO MANUEL VIOLANTE)

tivas da direção do IAC, focada no alinhamento e reforço de competências dos seus recursos técnicos.

Depois de um diagnóstico realizado internamente, o desenvolvimento deste projeto está a decorrer em torno de dois eixos de trabalho distintos, mas ligados entre si.

I – Eixo "Impacto da Centralização", onde foram trabalhados os seguintes temas:

– A criação de serviços partilhados: serviços comuns, utilizados pelas várias respostas da organização, porque algumas ações, como o planeamento formativo, o apoio administrativo, a representação externa do IAC, as ações de sensibilização em escolas e a gestão de estagiários e voluntários eram asseguradas por cada um dos setores de intervenção, havendo, por vezes, uma duplicação de esforços e recursos.

– A reorganização das ações comuns, com a consequente criação de grandes áreas que serão partilhadas pelos vários serviços intervenientes, acompanhada pelo ajuste no modelo de governação, com o mapeamento e otimização de processos e de todos os instrumentos de gestão, relacionados quer com as equipas quer com os beneficiários.

II – Eixo "Avaliação das ações e projetos sociais".

Entendeu-se que deveriam ser avaliados os resultados, financeiros e de impacto social, dos vários projetos e atividades do IAC, com vista ao planeamento futuro da atividade com base em elementos concretos e objetivos (eixo ainda não concretizado, em fase de planificação).

Considerou-se fundamental para potenciar os resultados do trabalho em curso nos dois eixos que, ao longo do projeto, seja definido e implementado um plano de comunicação interno que informe, envolva e responsabilize todos os colaboradores. A FMV assumiu essa tarefa em conjunto com a equipa do IAC designada para o efeito.

A Direção do IAC espera que este projeto reflita adequadamente o âmbito projetado e que vá ao encontro



REUNIÃO DE DIREÇÃO: LUIS VAZ DAS NEVES (VICE-PRESIDENTE), MATILDE SIRGADO (TESOUREIRA), DULCE ROCHA (PRESIDENTE), MANUELA EANES (PRESIDENTE HONORÁRIA), MANUEL COUTINHO (SECRETÁRIO-GERAL), VASCO ALVES (VOGAL)

das expectativas das equipas.

Neste sentido, o último trimestre de 2019 foi marcado por algumas alterações na estrutura organizativa do IAC, com a criação de áreas transversais, tendo em vista assessorar a Direção na definição de estratégias de representação e de divulgação do trabalho desenvolvido pelos serviços diferentes intervenientes do IAC, de modo a contribuir para a definição de uma política global da infância em Portugal. Deste modo, pretende-se apoiar os diferentes serviços intervenientes e dar resposta a questões que não eram contempladas no passado.

ÁREA DA COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

Tem a finalidade de potenciar o trabalho em parceria, a nível nacional e internacional, contribuindo para a adequação das políticas integradas nas áreas da infância e juventude, tendo em vista o desenvolvimento, manutenção e operacionalização da rede de parceiros que estão alinhadas com a missão do IAC.

ÁREA DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO

Tem a finalidade de produzir informação e conhecimento técnico-científico, bem como gerir a formação do IAC, de forma a garantir que o Instituto se mantém na vanguarda dos Direitos da Criança.

Na sua componente de conhecimento, as principais responsabilidades são a recolha, produção, gestão e disponibilização da informação e conhecimento necessários e relevantes no âmbito da intervenção do Instituto.

Na sua componente de formação (externa e interna), pretende-se definir programas e iniciativas de formação para os seus colaboradores.

ÁREA DO MARKETING, COMUNICAÇÃO E PROJETOS

Tem a finalidade de planear a estratégia de marketing, comunicação e projetos do IAC, na sua relação com os média, na dinamização das redes sociais, na criação de materiais de comunicação para diferentes fins e no planeamento de eventos.

Também deverá implementar e supervisionar a estratégia de angariação de fundos, nas suas várias vertentes, consideradas necessárias para a sustentabilidade da instituição.

Estas áreas são transversais no IAC, servindo e tendo o apoio de todos os serviços intervenientes e administrativos. Coordenam e monitorizam os temas que estão associados ao seu domínio de ação, mas os serviços intervenientes continuam com a responsabilidade de planificação e execução dos mesmos.

A Direção do IAC considera que o papel das organizações que lideram o caminho na defesa e promoção dos Direitos

ENCONTRO "30 ANOS DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA"

No passado dia 20 de novembro, completaram-se 30 anos da aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Neste âmbito, o Instituto de Apoio à Criança organizou um encontro comemorativo, que se realizou dia 29 de outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian. Pretendeu-se assinalar a data em que os países deliberaram entender-se na consagração de um texto memorável, em nome da proteção da Criança e da promoção dos direitos que expressamente decidiram reconhecer-lhes.

Na sessão de abertura, Dulce Rocha, Presidente da Direção, explicou a necessidade de assinalar a data dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, assinada por Portugal em 1990, chamando a atenção para o duplo significado da palavra "comemorar", que associa a "memória" ao "estar com", à partilha de momentos com mais significado, ao mesmo tempo que projeta para o futuro. Optou por falar do Direito à Não Violência, Direito à Não Discriminação, à Recuperação Psicológica e Direito à Participação.

Recordou que foi em setembro de

1988, num encontro no Centro de Estudos Judiciários, que Laborinho Lúcio, então seu diretor, falou da nítida intenção de se pretender "substituir a perspetiva clássica da proteção pela dimensão moderna da participação", e que Armando Leandro alertava para o Direito da Criança à preservação das suas ligações afetivas profundas.

Tema com que o IAC está plenamente de acordo. Só sete anos depois de ter sido apresentada essa proposta pelo IAC, num documento que conseguiu reunir mais de trezentas personalidades, é que o Parlamento aprovou a alteração que muitos especialistas da infância e da adolescência, consideravam não apenas aconselhável, mas útil e necessária.

Chamou a atenção para o facto de, recentemente, ter estado em discussão a atribuição do estatuto de vítima à criança, nas situações de violência doméstica, por causa do impacto devastador que tem no desenvolvimento da criança. São situações que representam já a maioria no que respeita às causas de intervenção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Paralelamente a esta discussão, no passado, o Instituto tem debatido

outras, como a relativa à criação de tribunais especializados mistos, sempre que estivessem pendentes, simultaneamente, processos de violência doméstica e de regulação das responsabilidades parentais.

Concluiu com a certeza de que há necessidade de prosseguir, contando com o legado de João dos Santos e Manuela Eanes e com a contribuição destes vinte magníficos membros do Conselho Consultivo, cujos nomes são a garantia de mais ações inovadoras, de mais projetos de sucesso, de mais pesquisas necessárias.

De facto, não há causa mais nobre do que a de defender os direitos dos seres humanos mais vulneráveis. Pela Criança e pela sua Dignidade, vale sempre a pena lutar.

Em nome da Fundação Gulbenkian, Guilherme de Oliveira Martins lembrou que cada criança, cada cidadão, é irrepetível e, como tal, temos de a considerar na sua especificidade e de a respeitar. Fez a ponte com o defendido por João dos Santos: numa democracia efetiva, as crianças têm de ser consideradas desde logo pessoas, todas nascem livres em dignidade e direitos. Se aos direitos correspondem deveres, é nosso dever considerar cada criança como



ROSÁRIO FARMHOUSE, MANUELA EANES, DULCE ROCHA, FERNANDO MEDINA E GUILHERME OLIVEIRA MARTINS

única e irrepetível, na sua especificidade, e como tal respeitá-la.

Rosário Farmhouse, Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, lembrou as comemorações da Convenção por todo o país, organizadas pelas 310 Comissões de Proteção. Falou da iniciativa do Conselho Nacional de Crianças e Jovens, a decorrer até 21 de fevereiro, criando mecanismos para que as crianças e jovens possam fazer ouvir a sua voz, para que o direito à participação seja uma realidade.

Manuela Eanes, Presidente Honorária do Instituto, lembrou diversas iniciativas desenvolvidas anteriormente e chamou a atenção para a qualidade profissional de todos os técnicos envolvidos e a sua entrega total à defesa da Criança. Defendeu a criação de um Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra as crianças.

Lembrou a frase do nosso sócio número um, João dos Santos, como lema que continua atual e que há um insistir em pôr em prática: "Do ponto de vista sociopolítico não me parece possível o estabelecimento de um plano de ação educativa para a infância – normal ou deficiente – sem a participação ativa e generalizada da comunidade".

Fernando Medina, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, realçou o enorme avanço feito pelo país em matéria de direitos da criança. Agradeceu ao IAC por toda a rede que põe em prática e que constitui um importantíssima mais-valia no desafio de combater as desigualdades provenientes do facto de se colocar a cidade de Lisboa na linha da frente.

O Embaixador da Polónia, Jacek Junosza Kisielewski, falou da iniciativa do seu país de propor à ONU a elaboração de uma convenção dedicada à Criança, assim como da exposição "Poland and The Convention on the Rights of the Child – the legacy of Janusz Korczak", para assinalar os 30 anos da Convenção, exposta nesse dia na Fundação Gulbenkian e que podia ser visitada.

Laborinho Lúcio, em nome dos membros do Conselho Consultivo, de-



MANUELA EANES, PRESIDENTE HONORÁRIA

fendeu que o conceito do Superior Interesse da Criança tem de ser um conceito dinâmico, passando da visão da proteção de um "objeto" como elemento passivo dessa própria proteção para um direito que aquela pessoa tem de facto. Realçou a necessidade de uma cultura da criança para a tratarmos como princípio da alteralidade. Para isso há que saber a sua cultura e nos propormos a dialogar com ela.

No Painel "Prioridade à Criança: Direito à Participação" foram dados testemunhos da Rede Construir Juntos e da Rede Juvenil Crescer Juntos, como exemplos de um forte trabalho em parceria, troca de boas práticas, com um plano de ação comum, sempre em prol da criança.

Ademar Santos, do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, de Braga, relatou o trabalho em parceria com o IAC e outras instituições, para que os jovens tenham direito à participação, direito a serem ouvidos, para que se possam expressar livremente. Três jovens estiveram ainda presentes, Alexandre Gencer (Polo de Bra-

ga), Neuza Santos (Polo de Coimbra) e Maria Lopes (Polo de Lisboa), partilhando as suas experiências de participação na Rede Juvenil Crescer Juntos. De modo muito genuíno e entusiasta, explicaram a dinâmica e as mais-valias deste projeto na sua formação, valorização pessoal e social.

Neste painel foram visualizados vários vídeos, cujos links deixamos para consulta:

<https://www.youtube.com/watch?v=PHPcc7rrWgM>

<https://vimeo.com/275909866>

<https://vimeo.com/275910327>

Na sessão de encerramento, Joaquim Cardoso da Costa, da Provedoria de Justiça, falou das várias atribuições que cabem a este órgão, sendo uma delas a monitorização da aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Encontro foi abrihantado com dois momentos musicais, o primeiro com a pianista Íris Abreu Virgílio e o segundo com a Orquestra de Cordas da Casa Pia de Lisboa (ensino integrado de música).

TESTEMUNHOS DA REDE JUVENIL CRESCER JUNTOS

Muitas vezes as crianças e os jovens são vistos na sociedade como pessoas sem grande opinião e sem pensamento crítico e construtivo. No entanto, não concordo, pois nós temos uma grande capacidade de pensar, refletir, exprimir a nossa opinião e participar ativamente na melhoria da sociedade. Com a participação deste projeto é dada a possibilidade de desenvolvermos estas competências, nomeadamente a autoconfiança, o saber estar e comunicar em público. Por outro lado, também treinamos o espírito de grupo, o respeito pelo outro e pelas suas opiniões e temos oportunidade de dar a nossa opinião acerca do mundo à nossa volta. Com este projeto sentimos que temos voz e exercemos o nosso direito de participação de uma forma responsável e crítica.

NEUZA SANTOS



ALEXANDRE GENCER (PÓLO DE BRAGA), NEUZA SANTOS (PÓLO DE COIMBRA), MARIA ISABEL LOPES (PÓLO DE LISBOA), ADEMAR CORREIA (CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO)

A Rede Crescer Juntos ajuda-nos a nível pessoal e intelectual. Seja qual for o problema que tenhamos, podemos expô-lo sem sentir que estamos a ser julgados, podemos mostrar as nossas ideias, os nossos pontos de vista, a nossa maneira de pensar, e a reflexão que fazemos dos vários assuntos que podemos abordar. A nível intelectual ajuda-nos a desenvolver as nossas competências mentais, desafia-nos a querer saber sempre mais, a querer descobrir até onde podemos ir, e ajuda-nos a perceber que, digamos, aquilo que dissermos, ninguém tem o direito de nos calar, temos uma voz ativa e podemos mostrá-lo a quem mais duvida disso.

Aprendemos a trabalhar em equipa, a ouvir, a perceber, a lidar uns com os outros, a partilhar e, fazemo-lo sempre com um sorriso no rosto, o que é bastante importante, porque significa que nos divertimos a fazer este trabalho.

MARIA ISABEL LOPES

CONSELHO CONSULTIVO DO IAC

Durante a cerimónia, foi apresentado publicamente o Conselho Consultivo do IAC, um órgão de reflexão que congrega especialistas em áreas relacionadas, o que permitirá desenvolver e aprofundar temas mais complexos, aliando a experiência e a reflexão, que é a dualidade que torna as ideias e

as causas em projetos de ação, de concretização feliz. Foi criado porque os assuntos, atualmente, são tão complexos que vale a pena juntar um conjunto de personalidades com sensibilidades diferentes, interdisciplinares (juristas, magistrados principalmente, mas também psiquiatras, pediatras, sociólogos, psicólogos).

O IAC já tinha experimentado órgãos que foram precursores deste, mas eram demasiado informais e sem aquela continuidade que dá às instituições a coerência necessária para se afirmarem. São vinte os especialistas do Conselho Consultivo, sendo três deles sócios-fundadores do Instituto.

- Dra. Ana Jorge • Prof. Doutora Ana Nunes de Almeida • Juiz Conselheiro Armando Leandro
- Professor Doutor Carlos Neto • Dr^a Cinelândia Cogumbreiro • Juíza Conselheira Clara Sottomayor • Professor Doutor Daniel Sampaio • Prof. Doutor Emílio Salgueiro
- Juiz Conselheiro Guilherme de Oliveira Martins • Professor Doutor Hermano do Carmo
- Professor Doutor José Ornelas • Juiz Conselheiro Laborinho Lúcio • Doutora h.c. Leonor Beleza
- Prof. Doutor Manuel Sarmento • Dra. Maria de Belém Roseira • Dra. Maria José Lobo Fernandes • Doutora h.c. Marta Santos Pais • Prof. Doutor Rui Pereira • Prof. Dr.h.c Sérgio Niza
- Juíza Conselheira Teresa Féria

das Crianças é decisivo para o contágio das restantes instituições e para a consolidação dos pilares da mudança.

O trabalho em rede, a capacidade de retenção de talento e o poder multiplicador do voluntariado são alguns dos fatores que contribuirão para a mudança social. Do mesmo modo, a ligação da missão social às melhores práticas de gestão, a qualidade dos serviços aliada à inovação e ao empreendedorismo, os resultados e o impacto ligados ao financiamento, são princípios de mudança que devem ser reforçados, sempre ajustados à pluralidade de realidades dos intervenientes neste ecossistema social.

Sabemos todos que a eficácia dos órgãos sociais e, em particular, da direção é fundamental para a implementação de práticas de gestão bem-sucedidas. A direção do IAC acredita que para atingir o sucesso, é essencial o envolvimento de todos os que participam na vida da instituição, num processo de delegação de competências, de responsabilização e de autonomização de todos os intervenientes. A direção privilegia como fundamental a comunicação e articulação com a coordenação executiva dos setores e equipas de terreno.

Identificamos alguns exemplos das práticas do IAC, que promovem esta comunicação (quer no sentido *top-down*, quer num sentido *bottom-up*):

- A incorporação de elementos da estrutura executiva na direção;

- A realização de reuniões regulares entre a direção e as equipas de terreno;

- A existência de uma figura intermédia como o secretário-geral, que faz a ponte entre a direção e a gestão corrente da organização;

- A atribuição de diferentes papeis aos seus membros da direção, como forma eficaz de organizar e distribuir as responsabilidades pelos diferentes elementos;

- Um processo de tomada de decisão claro e conhecido por todos.

Importa realçar, que a direção exerce a sua liderança em regime de voluntariado e delega nas coordenações de setor, decisões de gestão corrente.

O IAC investe agora de forma crescente na implementação de um planeamento estratégico que confere uma visão de longo prazo e funcionará como garante da estabilidade da instituição.

Perante a crescente exigência do grupo-alvo, a maior complexidade

dos problemas a resolver e o aumento da concorrência de outras organizações do setor, quer ao nível da prestação de serviços, quer ao nível do acesso aos fundos, estes são também problemas enfrentados pelas ONG e, simultaneamente, desafios à capacitação das organizações, que terão que provar estar à altura.

E esta tem sido verdadeiramente a grande prioridade do IAC!

Na sua ação diária está próximo dos problemas das pessoas envolvendo-se nas situações, trabalha em rede para encontrar soluções e tornar mais eficaz a sua intervenção.

O IAC quer fazer mais e melhor, quer chegar cada vez mais longe, procurando estimular, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal.

Desde a sua criação que o Instituto de Apoio à Criança tem sido uma importante realidade ao serviço da criança, da família e da comunidade, especialmente para muitas crianças o suporte que lhes falta, o garante dos seus direitos, interesses e necessidades.

**MATILDE SIRGADO
TESOUREIRA DA DIREÇÃO**



EDITORIAL

dos nossos serviços que já há muito considerávamos indispensável para ajustarmos os nossos setores às novas realidades sociais.

Comemorámos os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança com um Encontro na Fundação Gulbenkian, onde foi apresentado publicamente o nosso Conselho Consultivo, cuja composição de ilustres personalidades com percursos de vida ligados à defesa dos Direitos da Criança nos orgulha imenso. Celebrámos um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa que já está a ter excelentes resultados. Como exemplo desta parceria virtuosa, salientamos que nos foi entregue uma nova carrinha lúdico-pedagógica que vai continuar a ser o nosso ex-líbris nos bairros mais desfavorecidos, para

continuarmos a estabelecer relações de respeito e confiança, quer entre as crianças em risco, quer entre as suas famílias. Queremos continuar a ser a ONG de apoio, que é procurada sempre que há uma dificuldade e, apesar de ter chegado no dia da tempestade "Elsa", foi um momento inesquecível, quer pela presença do presidente da Câmara, Fernando Medina, quer por sabermos que a carrinha nos vai ajudar na intervenção quotidiana com as nossas crianças e jovens.

Terminámos o ano com a nossa Assembleia Geral, onde demos notícia dos múltiplos projetos que concluímos, tendo sido aprovado o Relatório de Atividades e Contas. Aprovámos ainda uma proposta da Direção no sentido de atribuímos a qualidade de socio honorário a um conjunto

de associados, que por fazerem parte dos sócios-fundadores ou por se terem destacado na defesa dos Direitos da Criança, se entendeu que mereciam aquela distinção especial, prevista nos nossos estatutos.

Tenho a certeza de que com o entusiasmo das nossas maravilhosas equipas, com o saber dos nossos profissionais e com a ajuda das nossas ONG parceiras, em 2020 vamos prosseguir o nosso trabalho por forma a combatermos a violação e o desrespeito dos direitos da criança, com vista a contribuirmos para uma maior consciencialização dos direitos humanos e assim alcançarmos mais dignidade para as nossas crianças e jovens.

DULCE ROCHA
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

O NATAL DE 2019 NO PROJECTO RUA

Se tivéssemos a (árdua) missão de selecionar duas palavras para descrevermos o Natal, teríamos necessariamente que contar (pelo menos) com as palavras "Magia" e "Partilha".

Dos diferentes momentos proporcionados pelas equipas junto das "nossas" crianças, vários são os que ilustraram esses dois conceitos.

A magia foi sem dúvida vivida na visita à Wonderland Lisboa, onde se encontram concentradas variadas atrações, desde a Roda Gigante, que fica iluminada à noite, a pista de gelo, para todos que quiserem patinar, a Aldeia de Natal, com a famosa casinha do Pai Natal, as habituais bancinhas com produtos regionais, roupa, acessórios e peças de artesanato e que fizeram as delícias de miúdos e graúdos.

Foi ainda mágica a visita ao Portugal dos Pequeninos, lugar que tem vindo a cativar gerações do passado, presente e certamente do futuro. Os nossos Gullivers, viveram a portugalidade de forma divertida.



VISITA AO PORTUGAL DOS PEQUENITOS (COIMBRA)

Como momentos de partilha, destacamos os *ateliers* e jogos alusivos ao Natal realizados nas escolas e nos espaços IAC, proporcionando a todas as crianças um momento especial de muita alegria e animação, onde as decorações dos espaços ganharam um verdadeiro espírito natalício.

Para acalmar toda esta azáfama natalícia, as diferentes equipas reuni-

ram-se à volta da mesa e assinalaram esta quadra partilhando um delicioso almoço e lanche, onde reinou a animação e uma saudável convivência.

Foram dias mágicos, que com toda a certeza ficarão nas suas memórias!

CONCEIÇÃO ALVES